



A QUEDA DO BLOCO SOCIALISTA E A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA (1989)



A QUEDA DO BLOCO SOCIALISTA E A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Agatha Trapp¹

Erik Saldanha²

Joane Cocco³

Matheus Geiss⁴

Thor Mallet⁵

Resumo: No comitê histórico desta terceira edição da SimulaRI, que ocorrerá nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2024, os delegados se reunirão para discutir e analisar o processo de queda do bloco socialista e a reunificação da Alemanha, se passando na data de 11 de novembro de 1989. Eles explorarão os desafios políticos, sociais e econômicos enfrentados pelos países da região durante esta época de transformações. Os tópicos de discussão incluirão a unificação da República Federal Alemã e da República Democrática Alemã, a redemocratização do Leste Europeu e a sua inserção internacional em blocos e tratados internacionais, além das influências externas, das mudanças nas ideologias políticas, da luta pela soberania nacional e dos direitos humanos, tudo isso em um período pós-Guerra Fria. Os delegados terão a oportunidade de representar diferentes nações, líderes e grupos interessados para negociar, debater e buscar resoluções que reflitam os complexos interesses e desafios deste período. O comitê histórico contará com a participação de quarenta delegações, representando diferentes países que tiveram algum envolvimento ou interesse nos acontecimentos do Leste Europeu. Cada delegação também deverá preparar um discurso de abertura, uma proposta de resolução e uma estratégia de negociação para o comitê. O objetivo do comitê histórico é promover um debate rico e produtivo sobre a redemocratização no Leste Europeu, buscando compreender as causas, as consequências e os desafios desse processo. O comitê também pretende estimular a reflexão crítica e a criatividade dos participantes, incentivando-os a propor soluções para os problemas enfrentados pelos países da região. Por fim, o comitê espera contribuir para a formação de uma consciência histórica e política dos delegados, bem como para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, negociação e cooperação. Sejam bem-vindos à III SimulaRI.

¹Aluna de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: agatha.t@edu.pucrs.br

²Aluno de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: erik.e@edu.pucrs.br

³Aluna de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: joane.santos@edu.pucrs.br

⁴Aluno de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: m.mocellin@edu.pucrs.br

⁵Aluno de graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: thor.m@edu.pucrs.br



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Pacto de Varsóvia e OTAN.....	7
Imagem 2: Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental.....	14

LISTA DE ABREVIATURAS

- APEC** - Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
- CEE** - Comunidade Econômica Europeia
- COMECON** - Conselho para Assistência Econômica Mútua
- CSCE** - Conferência de Segurança e Cooperação na Europa
- EUA** - Estados Unidos da América
- NEM** - Novo mecanismo econômico
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- OTAN** - Organização do tratado do atlântico norte
- OSCE** - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
- ÖVP** - Partido Popular
- PASOK** - Movimento Socialista Pan-Helênico
- PCUS** - Partido Comunista da União Soviética
- PIB** - Produto Interno Bruto
- POUP** - Partido Operário Unificado Polaco
- PSOE** - Partido Socialista Operário Espanhol
- RDA** - República Democrática Alemã
- RFA** - República Federal da Alemanha
- SED** - Partido Socialista Unificado da Alemanha
- SPÖ** - Partido Social Democrata
- STASI** - Ministerium für Staatssicherheit - Ministério para Segurança do Estado
- URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



SUMÁRIO

TÓPICOS DE DEBATE:	6
1. INTRODUÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL	7
3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E RESOLUÇÃO	14
4. DELEGAÇÕES	16
5. QUESTÕES PARA AUXILIAR NA ESCRITA DO POSICIONAMENTO DAS DELEGAÇÕES	34
REFERÊNCIAS	35

TÓPICOS DE DEBATE

A - A unificação da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã.

B - A redemocratização do Leste Europeu e sua inserção internacional do antigo bloco socialista.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê Histórico da III SimulaRI, “Queda do Bloco Socialista e Reunificação da Alemanha” discute um tema de suma importância para a compreensão do mundo contemporâneo: o fim da Guerra Fria e suas consequências. Com um enfoque especial nos desdobramentos do ano de 1989 na Europa Oriental, o comitê propõe-se a discutir o futuro da região, o que inclui o debate sobre a reunificação alemã. Para tanto, espera-se que os (as) representantes adiram ao posicionamento de seus respectivos países nas sessões, considerando o guia de posicionamentos apresentado. O comitê estará se passando no dia **11 de novembro de 1989**, dois dias depois da queda do muro de Berlim.

Primordialmente, o comitê passa-se em um contexto de profundas mudanças no cenário internacional no fim da Guerra Fria. Isso se deve a fatores como o declínio relativo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a desagregação do bloco socialista na Europa Oriental (Brooks; Wohlforth, 2001). Contudo, para melhor compreender-se o cenário em que ocorrem as discussões do comitê, é necessário que se entenda como o mundo estava dividido no período. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos da América e a URSS passaram a disputar a chamada Guerra Fria, que pode ser interpretada de várias maneiras, mas é tradicionalmente concebida enquanto uma competição entre as duas superpotências do período: os Estados Unidos e a União Soviética.

Sendo assim, cada uma das superpotências atuava no cenário internacional com o intuito de ampliar sua influência e propagar seu modelo de sociedade (no caso dos Estados Unidos, o capitalismo; no da URSS, o socialismo). Foi nesse contexto, por exemplo, em que a Alemanha foi dividida em dois Estados diferentes após o fim da ocupação dos Aliados no território, o que originou a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), aliada dos Estados Unidos e da OTAN, e a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), aliada da União Soviética e do Pacto de Varsóvia. Similarmente, a Europa estava dividida em um lado ocidental e outro oriental, aliados dos Estados Unidos e da URSS, respectivamente.

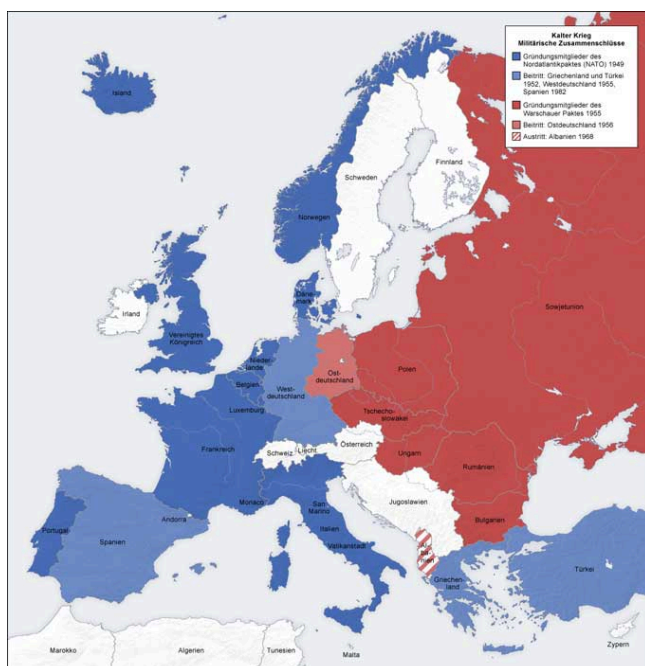
Além disso, as relações entre o mundo capitalista e o mundo socialista passaram por diversos momentos de tensão ao longo da Guerra Fria, estando a Guerra da Coreia, a Crise dos Mísseis de Cuba e a Guerra do Vietnã entre os mais conhecidos. O Muro de Berlim também é um dos principais símbolos da época. Construído em 1961, o muro cercava Berlim Ocidental e, assim como a vigilância na fronteira, impedia que cidadãos da Alemanha Oriental passassem para a Alemanha Ocidental.

No entanto, o curso da Guerra Fria alterou-se na década de 1980. Durante o governo do presidente Ronald Reagan, os Estados Unidos iniciaram um grande incremento armamentista, o qual o presidente George Herbert Walker Bush e o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Caspar Weinberger, consideraram o principal catalisador que impulsionou a queda da União Soviética (Petersen, 1993). Por outro lado, essa tese ignora a importância da própria realidade soviética e da ascensão de Mikhail Gorbatchov como secretário-geral do Partido Comunista da URSS como fatores relevantes para a queda do bloco socialista (Petersen, 1993). De fato, há tanto razões internas como externas para o colapso da União Soviética e de seus aliados.

Em suma, o comitê histórico da III SimulaRI visa proporcionar um ambiente que sirva para que os (as) participantes possam debater o fim da Guerra Fria, bem como construir habilidades importantes no âmbito das negociações. Assim sendo, esperamos que o comitê possa ajudar no aprendizado de todos (as).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL

Imagem 1: Pacto de Varsóvia e OTAN



Fonte: Europa im Wandel-1989 und die Folgen (s/ano). Disponível em: <https://www.demokratiezentrum.org/bildung/ressourcen/themenmodule/europa/europa-im-wandel-1989-und-die-folgen/>. Acesso em : 29 de março de 2024

No dia 9 de novembro de 1989 aconteceu inesperadamente a queda de um dos maiores símbolos da guerra fria e da cortina de ferro europeia, o Muro de Berlim. De acordo com o jornalista, Michel Meyer, em seu livro *1989: o ano que mudou o mundo*, o Muro de Berlim veio abaixo após um mal comunicado do porta-voz do politburo da RDA, Günter Schabowski. Foi informado durante uma coletiva de imprensa que “ab sofort”, “imediatamente. Sem demora.” o Muro de Berlim seria aberto, no entanto não era esta a informação que deveria ser passada, na verdade deveria ser informado que os alemães orientais receberiam passaportes para poder viajar para o ocidente, mas sujeitos às regulamentações da Alemanha Oriental.

Os motivos que levaram sua construção provavelmente na verdade foram os mesmos que resultaram em sua queda, que seria justamente o temor das autoridades orientais em um fluxo incontrolável de pessoas em direção ao ocidente, em especial no caso da cidade de Berlim, a qual abrigou o famoso muro. A RDA apresentava-se distante em termos de crescimento econômico e qualidade de vida quando comparada a RFA, sendo que esta já se apresentava como potência europeia, enquanto sua vizinha ao oriente se encontrava em decadência.

Até o fim da Guerra Fria, a Alemanha Oriental se distanciou muito da Alemanha Ocidental, em termos econômicos e sociais. Isso porque na RFA (zona capitalista), as 17 instituições eram mais eficientes se olharmos para o desenvolvimento econômico e institucional durante o período da Guerra Fria. Na zona capitalista, o Estado previa um livre comércio entre os agentes econômicos, o que reduziu muito o custo de transação entre os agentes. Já na zona comunista, as instituições econômicas não defendiam e buscavam o livre comércio entre agentes econômicos, o que fez com que os custos de transação fossem maiores comparativamente à zona capitalista. Isso se refletiu no desenvolvimento econômico ao longo do tempo e expôs as falhas das instituições econômicas presentes na Alemanha Oriental, evidenciado pela diferença no crescimento econômico a partir da década de 70, quando a Alemanha Ocidental apresentou um crescimento econômico bastante superior à Alemanha Oriental. (Stier, 2018)

A disparidade entre as Alemanhas foi tamanha, que em meados de 1989, quando a Hungria abriu suas fronteiras com a Áustria, os alemães orientais, aproveitaram a brecha na cortina de ferro para irem ao Ocidente. Segundo Meyer (2008), um evento de grandes proporções foi movimentado entre a fronteira dos dois países, o chamado Piquenique Pan-Europeu. Foi patrocinado por parte dos membros reformistas do governo húngaro como Imre Pozsgay e Miklos Nemeth e membros do governo da Alemanha Ocidental e Áustria. O evento foi possível pela abertura de fronteira entre os países socialistas da Europa Oriental, era normal pessoas da RDA irem à Hungria passar o final de semana e as férias. Fato é que o evento propiciou uma fuga em grande medida de alemães ao lado ocidental, preocupando o governo de Honecker da Alemanha Oriental.

Honecker escolheu o que para ele era a solução óbvia. Agindo sozinho, sem informar ao gabinete, telefonou para seu amigo e aliado da linha dura Milos Jakes, chefe do partido comunista da vizinha Tchecoslováquia. Precisava de um favor: Será que Jakes poderia fechar a fronteira sul de seu país com a Hungria, bloqueando a passagem dos alemães orientais para a Hungria e o Ocidente? Sem objeção - nem pensar nas consequências -, Jakes fez o que o amigo pedia. (Meyer, 2008).

Antes da queda do muro, até o dia 18 de outubro de 1989, a RDA era administrada por Erich Honecker, membro da linha dura do Partido Socialista Unificado da Alemanha conhecido como anti-reformista, tendo saído do posto por questões de saúde. Mesmo assim, o grupo linha dura conseguiu impor uma saída elegante para seu líder e confirmar um dos seus integrantes, Egon Krenz, há muito tempo considerado herdeiro natural, na Secretaria-Geral do SED. (Ávila, 2009).

Após a queda do muro a ideia de uma nação unificada assume ainda mais o debate político internacional, recaindo sob os interesses dos países que ocuparam a Alemanha em 1945 após a segunda guerra mundial.

Conforme comenta Patrícia Daehnhardt (2009), os Americanos foram alguns dos maiores impulsionadores da ideia de reunificação, enquanto os britânicos permaneceram inicialmente contrários por conta do medo do renascimento do nacionalismo alemão, mas logo foram convencidos pelos EUA. Enquanto isso, os soviéticos permaneceram mais receosos pelo fato da presença da RFA na OTAN, o que ocasionaria em uma expansão do bloco resultando em uma insegurança para a URSS. Diferentemente do que se pensaria convencionalmente, os franceses foram estritamente críticos à reunificação, pois então reunificada a Alemanha ocuparia uma posição de destaque no euro-atlântico, dificultando uma liderança francesa neste sentido.

No contexto do bloco oriental como um todo, não era apenas a Alemanha que trilhava um caminho complexo em questões sociais e econômicas. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se encontrava em declínio desde a era da estagnação dos anos 70, período no qual a economia soviética sofreu um grande desaceleramento durante o governo de Leonid Brejnev, período causado por um atraso tecnológico e falhas nos planos quinquenais da década de 70, junto de grandes despesas militares. Segundo Nove (1989) citado por Duarte e Figueiredo (2017 p.8).

O grande enigma soviético era como um país tão rico em recursos minerais, especialmente o petróleo, encontrava-se em crise estrutural. Começamos enfatizando justamente este último aspecto, pois o petróleo, longe de ser uma solução para o desenvolvimento soviético, acabou se transformando em um fator de subserviência econômica, pois o aumento do preço de petróleo deu lastro e proporcionou o aumento de divisas internas na ordem de bilhões de dólares à URSS. Além disso, se estabeleceu uma troca desigual com a venda de insumos primários (petróleo) em troca de produtos manufaturados e com melhores tecnologias – produtos estes que a URSS estava a alguns passos atrás em termos de produção, quando comparados com os países do capitalismo avançado, principalmente, os EUA. Também a partir do fluxo de dólares que jorrava com o petróleo, a URSS buscava suprir alguns déficits na sua produção de grãos, buscando, assim, abastecer-se a partir do comércio externo.

Um grande fator que culminaria em excessivos gastos militares, prejudicando a economia soviética, seria a intervenção no Afeganistão de 1979 que se estendeu até 1989, em decorrência da ascensão dos grupos militares mujahedins contrários ao governo do Afeganistão socialista, que tinha influência soviética, fazendo país focar massivamente sua produção para a guerra, sem contar o envio de material militar aos seus aliados que passavam por conflitos por procuração, como o próprio governo afegão apoiado pela URSS.

Cerca de 620 mil homens serviram no Afeganistão, com oficiais fazendo missões de 2 anos e soldados alistados de 18 meses. As baixas totais soviéticas totalizam 14.453 mortos: 9.511 mortos em combate; 2.386 morreram por ferimentos; 2.556 perdidos por doenças e acidentes. Cerca 53.753 ficaram feridos. Incrivelmente 415.932 homens foram hospitalizados por sérias doenças durante seus períodos de serviço. (Grau; Jalali, 2006).

Neste sentido os planos quinquenais visavam equalizar os déficits emergenciais e dotar a indústria comunista de plena capacidade para fazer frente aos seus oponentes, sendo que a indústria bélica, justificadamente, tornava-se um dos sumidouros de recursos estatais (Duarte; Figueiredo, 2017 p.10).

Foi neste contexto de derrocada soviética que foram pensados nos planos de reestruturação do país, principalmente pelo novo líder soviético empossado em 1986, Mikhail

Gorbachev. As medidas foram chamadas de Glasnost, que previa mais liberdades políticas e sociais, e Perestroika, com reformas em âmbitos econômicos da União Soviética.

A radicalização destas medidas parte da questão controversa de atacar direta ou indiretamente os poderes centrais. Foi o começo das tentativas de reerguer a economia soviética. No entanto, não se deve pensar nestas medidas como ideias liberais, ou necessariamente controversas ao Estado soviético. Elas entravam em desacordo com os poderes centrais, devido à extrema falta de flexibilidade e burocracia do regime, mas eram de extrema necessidade para garantir a sobrevivência do país. (Rieger, 2015).

Neste contexto, a decadência do bloco era ampla e afetava os países de todo Pacto de Varsóvia. O sistema socialista destes países apresentava falhas e as crises estavam ocorrendo nos campos políticos e sobretudo econômicos como no caso da Polônia.

Em um diálogo entre o jornalista Michel Meyer e Danuta Zagrodzka, porta-voz dos direitos humanos na Polônia, a mesma retira uma pasta grossa a respeito de dados econômicos do país na época.

De acordo com o Departamento Central de Estatística, o custo anual de vida na Polônia havia aumentado 55% a mais que os salários na primeira metade da década de 1980. O polonês médio trabalhava meia hora para comprar um pão, quatro horas para comprar uma barra de chocolate. Fora das grandes cidades, somente 45% da população tinha água corrente, 3/4 não tinham banheiro dentro de casa. Bens como refrigeradores estavam cada vez mais difíceis de achar. Quem quisesse comprar um deles de uma loja estatal talvez tivesse que esperar 3 meses. (Meyer, 2008).

Havia um amplo contraste entre os habitantes do lado oriental da cortina de ferro e o lado ocidental. Sob a economia de mercado podia se notar um maior poder de compra ao longo do final da guerra fria para aquisição de certos produtos, revelando a drástica situação do bloco socialista.

Segundo a Comissão Econômica para Europa (1989 p.121) citada por Ramos (2010 p.30).

A comparação do poder de compra do salário dos poloneses com o dos alemães ocidentais ilustra a drástica situação dos primeiros. Para comprar uma mesma quantidade de carne os poloneses trabalhavam duas vezes mais. Para comprar frango, quatro vezes; nove vezes mais para se adquirir um automóvel, enquanto trezes vezes mais horas eram necessárias para se adquirir um televisor.

Esta realidade de crise era vivida por todo bloco oriental, que enfrentava as falhas que a economia planificada não conseguia lidar. Neste sentido, mesmo antes dos anos 80 alguns países estavam tentando algumas poucas reformas econômicas, suas reformas de pequeno porte ocorriam dessa forma por conta da pressão soviética, que invadiu a Tchecoslováquia em

1968 e a Hungria em 1956, como forma de barrar intenções independentistas da zona de influência de Moscou. Segundo Molina (2017), a Hungria nos anos 60 passou a adotar algumas políticas mercadológicas a empresas estatais e a criação de pequenos empreendimentos privados, permitindo no início dos anos 70 um bom crescimento econômico durante o governo de János Kádár, mas dadas as contradições não teria uma ampla duração.

O sucesso econômico alcançado pela Hungria no início da década de 1970 garantiu ao país grande respeito político dentro e fora do Bloco Comunista, sendo Kádár internacionalmente aclamado como um grande reformista. No entanto, o bom desempenho da economia mista adotada em 1968 foi fortemente afetado tanto pelo cerne planejador do modelo de regime comunista quanto pelas instabilidades internacionais vividas nas duas décadas seguintes. A adoção das medidas propostas pelo NEM não anularam o fato de que a burocracia governamental exercia forte controle sobre o mercado doméstico, o qual era caracterizado por monopólios e oligopólios artificiais, impedindo assim a existência de livre-concorrência e exigia que os preços ao consumidor fossem fixados também artificialmente. (Molina, 2017).

Segundo Oreskovic (2012) citado por Molina (2017). “Enquanto a década de 1970 viu os défices dos saldos comerciais e de pagamentos crescerem e a dívida externa líquida aumentar, foi em meados da década de 1980 que o país chegou à beira de um colapso financeiro e econômico.”

A vitória da economia de mercado e da democracia liberal era quase certa, pessoas, partidos, sindicatos e outros tantos grupos se reuniram em meados do ano de 1989 para se revoltar contra a cortina de ferro. Na Polônia ficou conhecido o sindicato Solidariedade que apostou em desafiar o governo polonês por anos.

No início de 1981 o Solidariedade contava com 10 milhões de membros representando a imensa maioria da força de trabalho do país. [...] A dificuldade do governo em manter a ordem, as reivindicações do Solidariedade, cada vez mais insolentes aos olhos do governo, aliadas às pressões que Moscou exercia sobre Varsóvia, levaram ao decreto da Lei Marcial em 13 de dezembro de 1981. (Ramos, 2010).

A pressão exercida por esta potência (e por outros países vizinhos da Polônia), a resistência dos grupos conservadores no seio do partido no poder (POUP), os quais naquela situação internacional vislumbravam, não sem razão, possibilidade de superar a onda de exigências radicais e, finalmente, a exacerbada, apesar de compreensível neste período de profunda crise econômica, radicalização do Solidariedade - todo esse conjunto criou urna

situação explosiva, com ameaça real de início da guerra civil na Polônia e de intervenção soviética (ou de intervenção soviética seguida pelo estouro de conflito aberto, físico na sociedade polonesa). (Wiatr, 1990).

Após conversações na “mesa redonda” entre os membros do Solidariedade, em especial Lech Walesa, e os membros do partido comunista polonês, foi então marcada a eleição na Polônia para o Senado e o Sejm, a câmara baixa do parlamento polonês, em decorrência das grandes pressões ocorridas no país pela população e pelo estado deplorável da economia. No dia 4 de julho de 1989 o Solidariedade tem uma vitória esmagadora, elegendo 99% do senado, os membros do partido comunista confiaram muito no poder da mídia em promovê-los, mas não era suficiente. A eleição, segundo Michel Meyer, ocorreu sem questionamento, sem acusações de fraude e sem oposição aos resultados, abrindo espaço para o fim da cortina de ferro.

As demais nações do bloco socialista também enfrentam suas dificuldades e instabilidades, o ano de 1989 foi repleto de mudanças e revoluções na região do leste europeu. Em 10 de novembro, um dia após a queda do Muro de Berlim caiu por exemplo o líder Bulgaro Todor Jirvikov, estando no poder desde 1945. Mas também é importante se comentar que alguns não encararam estas mudanças com bons olhos e estariam dispostos a lutar até o final por seus governos, como aconteceu com Ceausescu, ditador romeno, que estava sob a liderança de uma nação extremamente empobrecida e poderia enfrentar futuramente resistência de seu povo.

De acordo com Deletant (2010) citado por Duarte (2018).

Com o agravamento da situação económico-social na Roménia e a veneração da imagem de culto da personalidade de Ceausescu, a opinião internacional percebeu que o regime deste era bárbaro, martirizando o seu próprio povo, que sendo um país completamente fechado ao exterior poucas pessoas conheciam o que lá se passava. Uma característica negativa da imagem do regime de Ceausescu era dada principalmente pelo facto de não respeitar e violar os direitos humanos das minorias nacionais, principalmente as minorias húngaras concentradas na região da Transilvânia e o seu grotesco plano de sistematização das localidades rurais, ou seja o desaparecimento de cerca de sete mil povoações, a maioria na Transilvânia.

A grande onda contrária aos governos socialistas foi profundamente apoiada pelos EUA e países ocidentais que viram no momento uma perfeita oportunidade de iniciar sua vitória contra o bloco do leste europeu, potencialmente conseguindo integrar estes países à esfera de influência da OTAN e receber novos parceiros comerciais que antes estavam fechados à esfera de influência de Moscou.

O mais novo presidente dos EUA, Bush, carregava do mesmo discurso anticomunista que Regan impulsionou nos anos 80, tendo sido eleito em 1989, com uma ampla vitória republicana. Assim como seu antecessor, via com bons olhos a liderança de Gorbachev na URSS, apesar que outros dirigentes do executivo americano pedissem por cautela na aproximação com o novo líder soviético.

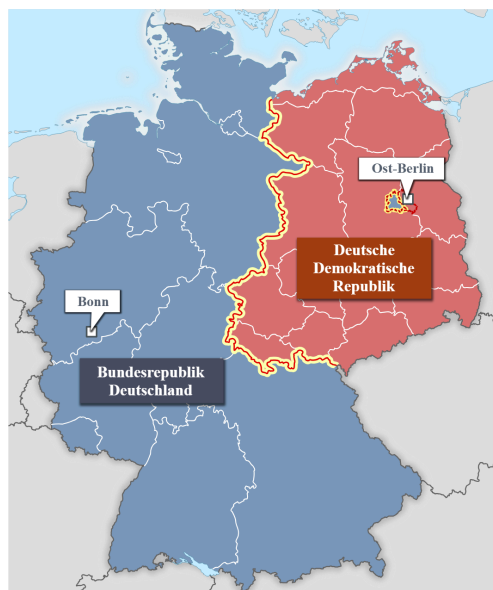
George W. Bush idolatrava Ronald Reagan. Desde o início tomou sua presidência como modelo. Seu discurso de posse repetia intencionalmente a mistura bem típica de Regan, de retórica comovente, clareza moral e convicção férrea em princípios básicos. Os assessores faziam a comparação em todas as oportunidades. “Filho de Regan”, chamavam-no, e falavam com reverência de como o novo presidente estava impregnado pelo “DNA de Regan”. (Meyer, 2008).

Em especial os países do ocidente buscavam apoiar os movimentos internos da cortina de ferro, estas interferências foram e são até hoje julgadas como violações da soberania nacional dos países. Dentre estas pode-se destacar a atuação do primeiro-ministro húngaro.

Trabalhando em segredo com alguns aliados ocidentais, principalmente membros da chancelaria alemã, Németh e seu pequeno grupo de comunistas subversivos planejaram derrubar a cortina de ferro que separava a Hungria do ocidente. Em outras palavras, o objetivo deles era “unir-se à Europa” e fazer seu país voltar às fileiras do mundo moderno. (Meyer, 2008).

3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS E RESOLUÇÃO

Imagem 2: Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental.



Fonte: RFA et RDA en 1957 (s/ano). Disponível em: <https://books.openedition.org/cirac/608>. Acesso em: 29 de março de 2024.

Com a queda do muro de Berlim as intenções por uma Alemanha unificada cresceram a partir de diversas lideranças da época como Helmut Kohl. Segundo Patrícia Daehnhardt (2009) o chanceler alemão que defendia abertamente a reunificação Alemã, aos moldes da RFA, como um país federal, bem como sua permanência OTAN seria parte fundamental para concordar com a unificação, no entanto o ministro dos negócios estrangeiros Genscher não compartilhava dos mesmos anseios e se preocupava em dar garantias de segurança a União Soviética, sendo assim, não apoiava a expansão da OTAN a leste, preferindo inclusive que as tropas da OTAN não exercessem comando no território da RDA.

Para os antigos vencedores da Segunda Guerra Mundial a questão da reunificação permanece importante. Enquanto isso, os EUA se importam grandemente em uma reunificação que garanta a Alemanha como membro da OTAN, inclusive com a permanência de tropas americanas para “assegurar a paz”. A URSS, sob o comando de Mikhail Gorbachev, apoia que cada nação tenha o direito de escolher seu sistema político por livre e espontânea vontade, mas se recusa em uma alteração nas organizações de defesa e aliança dos blocos ocidentais e orientais, que seria este o caso de uma expansão da OTAN, torando a reunificação potencialmente perigosa a desestabilizadora na Europa, ainda mais caso fossem implementadas armas nucleares no território da Alemanha Oriental.

A RFA e a RDA também têm por objetivo, se desejarem a reunificação, resolver os problemas e diferenças de anos de divisão. Segundo Stier (2018 p.18) o PIB per capita da RFA era o dobro da RDA, o PIB por trabalhador era 3 vezes maior no lado ocidental. A população da Alemanha Oriental também caía, passando dos anos 60 de 17,2 milhões para 16,4 milhões em 1989, enquanto a população ocidental cresceu e permaneceu quase 4 vezes maior. Outro delicado fator analisável seria uma ampla migração de alemães sem as fronteiras das duas alemanhas, motivo pelo qual havia sido construído o muro. Segundo Judt (2008 p.265), citada por Stier (2018 p.15), “Entre 1949 e 1961, cerca de 2,8 a 3 milhões de pessoas deixaram a RDA em direção à RFA.”

Também é de suma importância analisar questões como a conversão dos marcos alemães de ambos os países para a criação de uma moeda unificada, ou não. Deve-se ser analisado como ficariam a posição dos antigos membros do politburo da Alemanha Oriental e seus direitos políticos, bem como a existência de dos antigos agentes da Stasi, espalhados pelo país. A Stasi (ou Staatssicherheitsdienst, o aparato de segurança do Estado Alemão

oriental) contava com cerca de 97 mil funcionários e 173 mil informantes para vigiar uma população de 17 milhões de pessoas. (Funder, 2008).

Conforme ocorrem reformas e mudanças políticas em países do Leste Europeu como na Polônia, Hungria e URSS alguns países não tem tendências a adotarem tais reformas, como a Romênia, a Tchecoslováquia e a RDA que ainda possuíam mais governos autoritários, sem grandes intenções de reforma neste âmbito, e voltados ao bloco oriental. Suas opiniões são relevantes dentro do Pacto de Varsóvia e refletem as alas da velha guarda dos partidos comunistas. Mesmo não estando no Pacto de Varsóvia a Iugoslávia fazia parte dos países socialistas e em meados dos anos 80 estava gradativamente abandonando o sistema, mas sua política autoritária persistiu e inclusive foi encabeçada por líderes sérvios como Milosevic.

O período de Slobodan Milosevic como líder da Sérvia é ilustrativo do recrudescimento do nacionalismo na Iugoslávia. Em 1986, Milosevic tornou-se o líder da Liga dos Comunistas da Sérvia. Sua posição diante dos conflitos regionais era a de apoiar os sérvios, em especial nas províncias autônomas de Kosovo e Vojvodina e na República de Montenegro. Em 1987, a Liga dos Comunistas da Sérvia lançou uma campanha chamada “Revolução Antiburocrática” na Sérvia, a qual era não uma campanha contra o excesso de burocracia e os privilégios dos burocratas, mas sim era uma série de protestos organizados, em Kosovo, Vojvodina e Montenegro, pelos sérvios pró-Milosevic a fim de derrubar os dirigentes desses locais e substituí-los por aliados de Milosevic. (Gomes, 2017).

Cabe também às nações pensar em suas reestruturações econômicas, podendo usar por base a nova configuração geopolítica mundial e os novos blocos que se fazem disponíveis, mas também se adaptar a suas realidades de transição.

Segundo Balcerowicz (1995 p.158-59) conforme citado por Ramos (2010, p.16).

Existem dois tipos principais de programas de política econômica para organizar a transição do socialismo para uma economia de mercado: a terapia de choque (ou big bang) e o gradualismo. O primeiro consiste em um programa radical e extenso, em que estabilização macroeconômica, liberalização microeconômica e reestruturação institucional básica são postos em prática simultaneamente e o mais rapidamente possível. O segundo tipo se caracteriza por um conjunto de reformas econômicas não-radicais nas quais estabilização, liberalização e reestruturação ou não são implementadas simultaneamente ou ocorrem em um ritmo mais lento ou, ainda, são até mesmo interrompidas.

4. DELEGAÇÕES

Canadá

O Canadá conseguiu sua independência oficial da Coroa Britânica um pouco antes da Queda do Bloco Socialista, em 1982. No entanto, antes mesmo de ser um país independente, já participava da OTAN desde 1949. Seu ingresso foi fundamental para manter sua segurança durante o período de polarização frente à URSS, sendo um grande aliado ocidental. Ele esteve envolvido em discussões sobre o controle de armas nucleares e o desarmamento. A década de 1980 começou com uma recessão econômica no país, em parte devido à queda dos preços do petróleo. Houve também um aumento nas preocupações ambientais, resultando em iniciativas e regulamentações destinadas a abordar questões como poluição e conservação. As relações com os Estados Unidos continuaram a ser uma parte crucial da política externa canadense, com a cooperação econômica e diplomática sendo prioridades.

Comunidade da Austrália

A Austrália foi um dos membros fundadores da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), que foi criada em 1989, no primeiro encontro da organização ocorrido em Camberra (capital da Austrália). Este importante bloco econômico (que também funciona como fórum) tinha como objetivo promover o livre comércio e a cooperação entre os países do Pacífico, incluindo alguns que faziam parte do bloco comunista. O chefe do executivo da Austrália até 11 de novembro de 1989 era Bob Hawke, que foi primeiro-ministro pelo Partido Trabalhista Australiano de 1983 a 1991. Hawke foi um líder popular e reformista, que promoveu a modernização da economia, a proteção do meio ambiente e a reconciliação com os povos indígenas. A Austrália se posicionou ao longo da guerra fria em favor dos EUA, sendo um aliado estratégico na região do Pacífico. Ela participou de alguns conflitos armados, como a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã e a Guerra do Golfo, apoiando os interesses ocidentais contra o comunismo. Ela também foi um dos primeiros países a reconhecer a China comunista em 1972, buscando uma relação pragmática e cooperativa. A posição da Austrália quanto à reunificação das Alemanhas era favorável, pois ela via a reunificação como um passo para a paz e a democracia na Europa. Ela apoiou a integração da Alemanha na OTAN e na União Europeia, e manteve boas relações diplomáticas e comerciais com a nova Alemanha.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América, um dos membros fundadores da OTAN, eram os líderes da luta contra a expansão do socialismo no continente Europeu, apoiando a Unificação

Alemã, mesmo quando potências como a França, URSS e Reino Unido eram contra. O medo das outras nações europeias era a Alemanha se tornar uma grande potência, alterando consideravelmente a balança de poder do continente. No entanto, Bush garantia que uma Alemanha Unificada não iria exceder seu poder, pois a condição do seu apoio seria a permanência alemã na NATO, de maneira a ter um certo controle da possível potência em ascensão. Através de negociações e estratégias, Bush pretendia acordar maneiras de as outras potências concordarem com a unificação.

Grão Ducado de Luxemburgo

Luxemburgo foi um dos países fundadores das Comunidades Europeias, tendo um papel importante na construção da integração europeia. Luxemburgo foi a sede de várias instituições europeias, como o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Banco Europeu de Investimento. O chefe do executivo do país até 11 de novembro de 1989 era Jacques Santer, que foi primeiro-ministro de 1984 a 1995 e presidente da Comissão Europeia de 1995 a 1999. Luxemburgo se posicionou ao longo da Guerra Fria em favor dos EUA e dos países ocidentais, sendo um dos membros fundadores da OTAN em 1949, contribuindo para a segurança do continente. Teve uma posição favorável à democratização do Leste Europeu, acolhendo refugiados e dissidentes políticos desses países. Luxemburgo também foi um dos primeiros países a reconhecer a independência das repúblicas bálticas em 1991.

Islândia

A Islândia foi um dos países que integrou a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), uma aliança militar formada em 1949 para conter a expansão soviética na Europa. O chefe do executivo da Islândia até 11 de novembro de 1989 era Steingrímur Hermannsson, que foi primeiro-ministro pelo Partido Progressista de 1983 a 1991. Hermannsson foi um líder moderado e pragmático, que conduziu a Islândia por um período de estabilidade econômica e social. A Islândia se posicionou ao longo da guerra fria em favor dos EUA, sendo um aliado estratégico na região do Atlântico Norte. Ela abrigou uma base militar americana em Keflavík, que servia como ponto de defesa contra a ameaça soviética. Ela também participou de algumas missões de paz da ONU, como no Líbano e na Namíbia. Também foi um dos primeiros países a reconhecer a independência das repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), que se separaram da URSS em 1991. Além disso, a Islândia foi um dos países que não possuía forças armadas desde 1989, confiando na sua defesa coletiva

pela OTAN. A posição da Islândia quanto à reunificação das Alemanhas era favorável, pois ela via a reunificação como um passo para a paz e a democracia na Europa.

Japão

O Japão foi um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos na Ásia, tendo uma forte presença econômica na região; O Japão assinou um tratado de segurança com os Estados Unidos em 1951, que garantia a presença de bases militares americanas no território japonês. O Japão também participou da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã (1965-1973), manteve uma postura anticomunista e se opôs à expansão da influência soviética e chinesa na Ásia. No entanto, o Japão também buscou uma política de diálogo e cooperação com os países comunistas, especialmente a partir da década de 1970, quando estabeleceu relações diplomáticas com a China e assinou o tratado de paz e amizade com a União Soviética. Também foi um dos membros fundadores da APEC, buscando ampliar as suas relações comerciais com os países do Pacífico. A posição do Japão quanto à reunificação das Alemanhas era favorável, pois o Japão via a Alemanha como um parceiro econômico e político importante. O Japão também apoiava o processo de democratização do Leste Europeu, pois o Japão considerava que a democracia era um valor universal e que a liberdade e os direitos humanos deveriam ser respeitados em todos os países. Os japoneses também reivindicam a devolução das ilhas Curilas, que foram ocupadas pela URSS após a Segunda Guerra Mundial.

Reino da Bélgica

O Reino da Bélgica foi invadido pela Alemanha tanto na Primeira Guerra Mundial como na Segunda Guerra Mundial, o que marcou a história do país na primeira metade do século XX. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Bélgica recuperou sua independência e passou a promover a integração europeia, sendo membro do Benelux (cujo tratado constitutivo foi assinado ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944, mas entrou em vigor em 1948) e participante da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952) e da Comunidade Econômica Europeia (1957). Além disso, a Bélgica também foi responsável pela colonização do que hoje é a República Democrática do Congo, sendo esse processo de colonização marcado por uma violência extrema. Tal colonização durou até 1960, ano da independência da então República do Congo, em meio ao processo de descolonização da África. A Bélgica também é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo que a própria sede dessa organização, assim como a do Benelux, é em Bruxelas, capital

da Bélgica, o que revela a importância da Bélgica para o Ocidente nesse contexto. O país tinha Wilfried Martens como chefe de governo; e Balduino I, como rei.

Reino da Dinamarca

A Dinamarca é um país que faz parte da União Europeia, da OTAN, da OCDE e do Conselho Nórdico. A personalidade que estava como chefe do executivo no país até 11 de novembro de 1989 era Poul Schlüter, do Partido Conservador Popular. A Dinamarca se posicionou ao longo da guerra fria como um aliado dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, mas também manteve relações diplomáticas com a União Soviética e os países do Leste Europeu. A Dinamarca participou de algumas missões de paz da ONU, como no Chipre e no Oriente Médio. A Dinamarca não enfrentava grandes crises ou conflitos, mas havia alguns desafios, como o aumento do desemprego, a integração dos imigrantes e a questão da Groenlândia, que era um território autônomo dinamarquês. A posição da Dinamarca quanto à reunificação das Alemanhas era favorável, pois via nisso uma oportunidade de fortalecer a integração europeia e a paz no continente. Possuía boas relações com a Alemanha Ocidental, mas também com a Alemanha Oriental, com a qual mantinha um acordo de cooperação desde 1973. A Dinamarca apoiou o processo de democratização do Leste Europeu e contribuiu para a ajuda humanitária e o desenvolvimento desses países.

Reino da Espanha

A Espanha é um país que teve uma experiência de transição democrática após uma longa ditadura franquista, que durou de 1939 a 1975. A personalidade que estava como chefe do executivo na Espanha até 11 de novembro de 1989 era Felipe González, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). González foi eleito pela primeira vez em 1982 e reeleito em 1986 e 1989, liderando um governo de centro-esquerda que promoveu reformas sociais, econômicas e institucionais no país. A Espanha se posicionou ao longo da guerra fria como um país não alinhado, mantendo relações diplomáticas tanto com os Estados Unidos como com a União Soviética. Ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1982, mas somente após um referendo popular que confirmou a adesão com certas condições, como a não participação na estrutura militar integrada da aliança, também se aproximou da Comunidade Econômica Europeia (CEE), assinando um tratado de adesão em 1985 e se tornando membro pleno em 1986. Sua posição quanto à reunificação das Alemanhas foi favorável, considerando que se tratava de um processo legítimo e pacífico que contribuiria para a estabilidade e a segurança na Europa. A Espanha apoiou a soberania do

povo alemão para decidir o seu destino, bem como o respeito aos tratados internacionais e aos direitos das minorias. A Espanha também expressou a sua confiança na continuidade da integração europeia após a reunificação, defendendo a necessidade de aprofundar a cooperação política e econômica entre os países membros da CEE.

Reino da Holanda

Durante a Guerra Fria, a Holanda foi uma das aliadas à OTAN, sendo membro desde 1949. O país estava firmemente integrado à Europa Ocidental e desempenhava um papel ativo na Comunidade Econômica Europeia (CEE). A ameaça percebida durante a Guerra Fria influenciou as políticas de segurança da Holanda, e o país hospedou mísseis nucleares da OTAN. Durante parte da década de 1980, o país foi liderado por governos conservadores e sua economia experimentou um período de crescimento, com destaque para o setor de serviços e a indústria. A imigração também aumentou, contribuindo para a diversificação da sociedade e o crescimento do multiculturalismo, o que trouxe desafios relacionados à integração e à aceitação cultural.

Reino da Noruega

Durante a guerra fria, a Noruega se aliou aos liberais, integrando a OTAN em 1949. Isso ocorreu porque ela se sentia ameaçada em relação a um eventual golpe dos alemães e queria proteção. Ela também atuou na defesa do Ártico, que teve sua importância estratégica ampliada, devido às rotas de comunicação e aos recursos naturais, contra ataques soviéticos, tornando o país uma peça-chave na política de defesa da OTAN. Porém, em 1957, ocorreu um evento contraditório. O primeiro-ministro Gerhardsen fez uma série de críticas aos armamentos nucleares e à guerra do Vietnã. Tal fala foi vista internacionalmente como uma afronta à política armamentista da OTAN. Durante a década de 1980, a Noruega experimentou um período de crescimento econômico, impulsionado em grande parte pela exploração e exportação de petróleo do Mar do Norte.

Reino da Suécia

A Suécia adotava uma postura de neutralidade militar e não alinhamento com blocos durante o conflito bipolar, preocupado com a possível ameaça de invasão. O Partido Social-Democrata manteve seu domínio político no país durante a década de 1980, com Olof Palme liderando o governo até seu assassinato em 1986. A economia experimentou um crescimento sólido durante a década, com ênfase na indústria de alta tecnologia e no setor de

serviços. Além disso, começou a se concentrar mais nas questões ambientais, implementando políticas e iniciativas voltadas para a sustentabilidade e a conservação. Foram realizadas reformas na educação, com ênfase em melhorar a qualidade e a equidade no sistema educacional.

Reino Unido

O Reino Unido é uma união política formada por quatro países: Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales. Durante o período de polarização, se manteve aliado da OTAN de maneira ativa, participando de conflitos anticomunistas, como a Guerra das Coreias. Além disso, foi o terceiro país a desenvolver armas nucleares, depois dos Estados Unidos e União Soviética. No dia 3 de outubro de 1952, ocorreu a Operação Furacão, onde foi testada uma bomba nuclear fabricada pelo Reino Unido pela primeira vez. Nos últimos momentos da Guerra Fria, a nação estava sob o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher. A década de 1980 foi marcada por políticas econômicas conservadoras, incluindo privatizações, reduções nos gastos públicos e uma postura assertiva em relação à União Soviética. A situação na Irlanda do Norte era marcada pelo conflito persistente conhecido como "The Troubles" (Os Problemas). Este era um conflito sectário e político que envolvia principalmente a comunidade católica nacionalista, que buscava a reunificação da Irlanda, e a comunidade protestante unionista, que desejava manter a Irlanda do Norte como parte do Reino Unido.

República Argentina

A República Argentina durante a guerra fria vivenciou diversos golpes de estado e períodos ditatoriais, estando mais alinhada aos EUA por sua política anticomunista. Redemocratizou-se com as eleições de 1983, que elegeram Raúl Alfonsín. Em 1989, ano eleitoral, a Argentina elegeu Carlos Menem, e protestos obrigaram Alfonsín a renunciar no mesmo ano. Em 1982, a Argentina havia travado a Guerra das Malvinas contra o Reino Unido pela posse das Ilhas Malvinas/Falkland, neste período as relações com o ocidente se esfriaram momentaneamente e a questão das Malvinas se manteve no debate público. A Argentina foi derrotada, porém a questão da soberania sobre as ilhas permanece sendo um ponto de tensão na relação entre ambos os países, cujas relações ainda não melhoraram plenamente em 1989.

República da Áustria

A Áustria também se identificava como um país neutro situado na Europa Central e sua neutralidade era formalmente estabelecida. Embora não estivesse diretamente envolvida nos conflitos leste-oeste, a Áustria era um ponto estratégico para o comércio e a diplomacia entre os blocos. Sua proximidade com os países do bloco oriental tornou-a uma peça chave nas discussões e negociações durante o período da Guerra Fria. A década de 1980 foi marcada por uma coalizão entre o Partido Social-Democrata (SPÖ) e o Partido Popular (ÖVP). Bruno Kreisky, do SPÖ, foi Chanceler da Áustria até 1983. Após isso, Fred Sinowatz sucedeu Kreisky como líder do SPÖ. A economia austríaca experimentou um período de crescimento sólido, com ênfase em setores como manufatura, turismo e serviços financeiros. Durante a década, o país começou a se envolver mais profundamente em questões relacionadas à integração europeia. Ele experimentou um crescimento na cena cultural, com destaque para música, teatro e cinema, além de debates em torno de questões sociais. Ocorreu também um aumento da conscientização ambiental, levando a esforços para abordar questões ambientais e promover práticas sustentáveis. Em 1989, a Áustria assumiu a presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), desempenhando um papel importante nas relações internacionais.

República da Coreia

A Coreia do Sul foi um dos aliados estratégicos dos Estados Unidos na Ásia, o país enfrentou a ameaça da Coreia do Norte, que era apoiada pela URSS e pela China, e participou da Guerra da Coreia (1950-1953), que terminou com um armistício, mas sem um tratado de paz. A Coreia do Sul também sofreu vários ataques e atentados terroristas da Coreia do Norte, como o bombardeio do voo 858 da Korean Air em 1987. A Coreia do Sul passou por um processo de democratização em 1987, após décadas de regimes autoritários e militares. A Coreia do Sul teve um grande desenvolvimento econômico, tornando-se um dos Tigres Asiáticos. Também buscou ampliar as suas relações comerciais com os países do Pacífico, integrando-se à APEC em 1989. A República Coreana não tinha uma posição definida quanto à reunificação das Alemanhas, mas acompanhava com interesse os acontecimentos no Leste Europeu. O país esperava que a democratização da região pudesse inspirar uma mudança na Coreia do Norte e abrir caminho para uma eventual reunificação das duas Coreias, que ainda permanecem divididas até hoje. A Coreia do Sul também buscava estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os países do Leste Europeu, especialmente com a Polônia e a Hungria.

República da Finlândia

Durante as décadas que sucederam a Guerra, A Finlândia manteve estavelmente uma relação de neutralidade para com a Guerra Fria; quanto à sua fronteira leste, após a assinatura do Acordo de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua com a URSS e o pagamento das reparações de guerra, a nação manteve boas relações e laços econômicos com os soviéticos por quase todo o período. Voltando-se então para a diplomacia regional e pragmática: o país juntou-se então a organizações como o Conselho Nórdico e a EFTA, além de sua grande importância para a criação da CSCE. Tal postura diplomática permitiu um período de grande estabilidade política, prosperidade e rápida recuperação econômica, sem grandes conflitos internos. Quanto a fatores domésticos, a formação da coalizão nas eleições de 1987 foi um importante ponto de virada em sua história: a vitória dos conservadores, juntamente dos sociais-democratas, com o apoio do presidente Mauno Koivisto, marca a derrocada final do partido comunista na Finlândia e a reorganização política do país.

República da Hungria

Durante a Guerra Fria a Hungria foi pertencente ao Pacto de Varsóvia e alinhada à URSS. A República Popular da Hungria havia sido dissolvida em outubro de 1989. Em seu lugar, a Hungria atual foi estabelecida, em 23 de outubro de 1989, muito graças ao seu primeiro ministro, Miklos Nemeth, um fiel apoiador das reformas no país e de um novo alinhamento com o Ocidente. Nesse período, a Hungria passava por problemas econômicos, e as eleições posteriores à transição de poder ainda não haviam ocorrido. O país havia recentemente retirado as cercas na fronteira com Áustria, o que representou uma abertura na chamada Cortina de Ferro. Além disso, nessa fronteira, ocorreu o Piquenique Pan-Europeu em 19 de agosto de 1989, marcando simbolicamente a abertura da fronteira entre os blocos capitalista e socialista.

República da Índia

País membro do movimento dos países não alinhados e importante participante de suas conferências. Por longos anos, mesmo que não adotasse o sistema socialista esteve como uma grande parceira da União Soviética diplomaticamente e economicamente, muito em decorrência de discordâncias com os chineses que estiveram em escaramuças fronteiriças com os indianos e soviéticos. Ambos também compartilhavam de uma má visão ocidental pelos anos de colonização, e pelo apoio americano ao Paquistão. Apesar disso, a Índia nunca se

aliou militarmente ao bloco socialista, buscando maior independência em sua política externa, no entanto forneceu apoio humanitário ao Afeganistão durante seu conflito em 1979. Nos anos 80 o país internamente sofre com a extrema pobreza e a falta de infraestrutura dificulta o desenvolvimento nacional, bem como a eficiência nas transações comerciais.

República da Irlanda

A Irlanda encontrava-se em uma posição peculiar, distante dos principais confrontos ideológicos entre os blocos ocidental e oriental. No entanto, internamente, o país estava lidando com questões persistentes, como o conflito na Irlanda do Norte, conhecido como "The Troubles" (Os Problemas), que persistiu durante os anos 1980, aumentando a violência interna. Ocorreu uma grave crise econômica, caracterizada por altas taxas de desemprego e emigração. Em 1973, a Irlanda tornou-se membro pleno da Comunidade Econômica Europeia (CEE). No entanto, a política irlandesa durante a década foi caracterizada por mudanças frequentes de governo, com eleições e realinhamentos políticos que influenciaram a direção do país.

República da Turquia

A Turquia foi um membro essencial para a contenção da URSS no mediterrâneo e no Oriente Médio por meio do controle dos estreitos de Bósforos e Dardanelos, e portanto um dos componentes vitais para a OTAN. O país passava por um conturbado período de transição democrática após mais de uma década de um regime ditatorial. Sendo assim, o recente passado autoritário deixou uma herança de conflitos domésticos que dificultavam a gestão interna e contribuíam para a instabilidade nacional: os conflitos étnicos, majoritariamente relacionados aos curdos e a movimentos separatistas, e consideráveis dificuldades econômicas estavam entre os principais. Somava-se a isso o governo de Turgut Özal, a insatisfação popular com as reformas pró-mercado patrocinadas pelo mesmo e as acusações internacionais de violação dos direitos humanos por parte da gestão em vigor.

República de Cuba

Embora um membro do Movimento Não Alinhado, Cuba foi um importante aliado soviético e posto avançado na América durante a Guerra Fria. O regime comunista liderado por Fidel Castro que tinha vigor na ilha era motivo de grande preocupação para os americanos que se viam ameaçados por um país comunista no que era tido como seu "quintal". Por tanto, não surpreende a quantidade de conflitos que a nação foi palco no decorrer do século XX,

desde o emblemático embargo econômico imposto pelos EUA até a Crise dos Mísseis. Internamente Cuba sofria de uma severa crise econômica e a crescente diminuição do apoio soviético para o regime tornava este quadro cada vez mais delicado, assim como as tensões internas cada vez mais difíceis de serem controladas. Internacionalmente o país proveu apoio militar e econômico para diversos países latino-americanos e africanos ao longo da história, além de dispor de grande influência entre os não alinhados, influência esta que viria a ter uma grande diminuição após a invasão soviética ao Vietnã.

República Democrática Alemã

A República Democrática Alemã (RDA), conhecida como Alemanha Oriental, foi fundada em 1949, no território que fazia parte da zona de ocupação soviética na Alemanha após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Em virtude disso, a RDA fazia parte do bloco soviético, sendo membro do Pacto de Varsóvia. Ademais, um dos eventos mais marcantes da História da Guerra Fria foi a construção do Muro de Berlim, em 1961. O muro cercava a região de Berlim Ocidental, pertencente à República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) e impedia que cidadãos da Alemanha Oriental migrassem para a Ocidental. Em 1973, as Alemanhas também passaram a fazer parte da Organização das Nações Unidas, após o reconhecimento mútuo dos dois países estabelecido pelo *Grundlagenvertrag* de 1972, o qual se insere na chamada *Ostpolitik* promovida por Willy Brandt, chanceler da Alemanha Ocidental. Além disso, o governo da Alemanha Oriental passou a enfrentar grandes pressões no fim da Guerra Fria, especialmente após a remoção da cercas entre a Hungria e a Áustria, o que permitiu o movimento de cidadãos da RDA para a Alemanha Ocidental (pois isso representou uma abertura na Cortina de Ferro). Nesse período, conhecido na Alemanha como *Die Wende* (“a virada”), houve protestos e manifestações pacíficas na RDA. Em meio às pressões, em 9 de novembro de 1989, o Muro de Berlim foi demolido, o que é considerado o marco final da Guerra Fria, neste período. No período da simulação, o país era governado por Egon Krenz.

República Democrática do Afeganistão

A República Democrática do Afeganistão foi fundada em 1978, após a Revolução de Saur, que derrubou a anterior República do Afeganistão, governada por Mohammed Daoud Khan. A Revolução aumentou a influência soviética na região, a qual já vinha crescendo anteriormente, sendo que a Rússia tinha interesses no Afeganistão desde o século XIX, quando disputou a influência sobre o país com o Império Britânico. Em 1979, a Guerra do

Afeganistão de 1979-1989 teve início. O Afeganistão passava por um período de grandes tensões e oposição ao governo, com revoltas armadas dos chamados mujahidins, grupos rebeldes que lutavam contra a República Democrática do Afeganistão com a ajuda dos Estados Unidos e do Paquistão. Nesse cenário, as lideranças afegãs solicitaram o apoio militar da União Soviética, cujas tropas adentraram no território afegão. Contudo, houve uma grande resistência por parte dos rebeldes afegãos, que venceram o conflito, o qual teve fim em 15 de fevereiro de 1989, com a retirada das tropas soviéticas. Pelo menos 1,3 milhão de afegãos foram mortos (Grau; Jalali, 2006).

República Federal da Alemanha

A República Federal da Alemanha foi integrante de blocos como a OTAN e a CEE, sendo um grande aliado americano, tendo recebido apoio deste em sua reconstrução no pós-guerra. O país em 1989 é liderado por Helmut Kohl, defensor da ideia de uma Alemanha unificada sob uma democracia liberal com uma economia de mercado, permanecendo na OTAN, defendendo também a inclusão dos países da Europa Oriental na zona de influência ocidental. O país presenciou um amplo crescimento econômico durante o pós-guerra, no que ficou conhecido como “milagre do Reno”, recuperando o poder industrial do país. Como membro da OTAN e sob forte influência dos aliados ocidentais, o país, para fazer frente à cortina de ferro, se tornou em uma potência militar importante, também não reconhecendo sua vizinha e rival RDA. Nos anos 70 o país passou por uma mudança na sua política externa com a “Ostpolitik” que pretendia normalizar as relações entre as Alemanhas. Apesar de o governo alemão apoiar em quase totalidade a unificação alguns preferiam ser mais cautelosos, como o ministro das relações exteriores da RFA, Hans-Dietrich Genscher, que preferia assegurar para os soviéticos sua segurança, discordando na permanência de tropas da OTAN em território da Alemanha Oriental sob um Estado unificado com a Alemanha Ocidental.

República Federativa do Brasil

Após mais de duas décadas de um regime autoritário, o Brasil passava por um período de transição democrática no final dos anos 1980, os militares haviam se retirado do poder, mas não sem deixar resquícios de seus governos: o País via-se em uma profunda crise econômica com uma inflação desenfreada, a qual o governo do então presidente José Sarney falhava em controlar; além da promulgação da nova constituição e os debates para as primeiras eleições diretas desde a redemocratização, que dividiam a opinião pública. Durante os anos do regime militar, a nação se manteve neutra quanto à Guerra Fria, embora o

anticomunismo fosse uma de suas principais pautas políticas, geralmente estando mais alinhados à postura americana, mas sem deixar de manter laços com a União Soviética.

República Francesa

A França foi um dos principais aliados dos Estados Unidos na Europa Ocidental, fazendo parte da OTAN e da Comunidade Econômica Europeia (CEE). O chefe do executivo da França até 11 de novembro de 1989 era François Mitterrand, que foi presidente pelo Partido Socialista de 1981 a 1995. Se posicionou ao longo da guerra fria em favor dos EUA, sendo um aliado estratégico na região da Europa Ocidental. Ela participou de alguns conflitos armados, como a Guerra da Coreia, a Guerra da Argélia e a Guerra do Golfo, defendendo seus interesses nacionais e coloniais. Ela também desenvolveu sua própria força nuclear, que lhe conferiu autonomia e prestígio no cenário internacional. Ela foi um dos primeiros países a reconhecer a China comunista em 1964, buscando uma relação pragmática e cooperativa. A posição da França quanto à reunificação das Alemanhas era cautelosa e ambivalente. Por um lado, ela apoiava a democratização do Leste Europeu e o fim da divisão da Alemanha. Por outro lado, ela temia perder sua influência na Europa e enfrentar uma Alemanha unida e fortalecida, que poderia desequilibrar o seu projeto europeu.

República Helênica (Grécia)

A Grécia estava situada em uma posição estratégica no sudeste da Europa e fazia parte da OTAN desde sua adesão em 1952. A Guerra Fria teve um impacto significativo no país, especialmente devido à sua localização geográfica próxima às tensões entre o bloco ocidental e o bloco oriental. No início da década de 1980, a Grécia estava se recuperando do regime militar que governou o país de 1967 a 1974. A democracia foi restaurada em 1974, e em 1981, o socialista Andreas Papandreou foi eleito primeiro-ministro, liderando o partido PASOK (Movimento Socialista Pan-Helênico). Em 1981, a Grécia tornou-se membro da Comunidade Econômica Europeia (CEE), o que influenciou significativamente sua economia e política.

República Italiana

A República Italiana foi fundada após o Referendo de 1946, em que a população votou pelo fim da monarquia italiana. Esse referendo foi organizado após o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do fascismo na Itália, país membro do Eixo, composto por países como a Alemanha e o Japão. Em 1948, a constituição italiana foi aprovada e, no ano seguinte,

a Itália tornou-se membro da OTAN, aliando-se ao bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Ademais, o país também participou da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e da Comunidade Econômica Europeia, sendo assim parte da integração da Europa Ocidental. Da década de 1960 à de 1980, a Itália passou pelos Anos de Chumbo, marcados pela violência política e pela instabilidade. No dia 10 de novembro de 1989, a Itália era governada por Giulio Andreotti, membro do partido da Democracia Cristã.

República Popular da Bulgária

A República Popular da Bulgária, estabelecida em 1946, é membro do Pacto de Varsóvia e aliado próximo da URSS durante o período da Guerra Fria. O País foi liderado por Todor Zhivkov desde os anos 50 como secretário geral do partido comunista e em 70 assumiu como presidente também. O país pertenceu fortemente ao lado do bloco oriental, apoiando a intervenção soviética na Tchecoslováquia em 1968 e o Vietnã durante sua guerra com os Estados Unidos. O país passou por reformas econômicas nos anos 60, por conta de problemas como um declínio da produtividade no setor industrial, falta de mão de obra e um aumento da inflação, mas não abandonou o sistema socialista. Relativamente aos demais países do COMECON, a Bulgária era o país com maior dependência de importações de energia e de máquinas e equipamentos (Gomes, 2017). Em meio a uma onda de endividamentos, o país começa a se distanciar do bloco oriental nos anos 80 e em 10 de novembro de 1989, um dia após a queda do muro de Berlim o líder Zhivkov renuncia ao cargo.

República Popular da China

A China possui longa história como uma das principais potências da Ásia e do mundo, sendo uma civilização com origens milenares. Apesar disso, no século XIX, o país sofreu diversas agressões coloniais a partir da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), entre a Dinastia Qing e o Império Britânico, encerrada pelo Tratado de Nanquim, considerado pelos chineses como o primeiro dos Tratados Desiguais assinados pela China, os quais garantiam o domínio das potências ocidentais na região. Esse período, conhecido na China como o Século de Humilhação, também foi marcado pela Primeira Guerra Sino-Japonesa e pela expansão imperial japonesa no Leste da Ásia, a qual durou até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Após o fim da Guerra Civil Chinesa, em 1949, a República Popular da China foi fundada sob a liderança de Mao Tsé-Tung, que foi uma figura central na política chinesa e no Partido Comunista da China até sua morte em 1976. Na sequência, Deng Xiaoping assumiu o poder com o objetivo de promover reformas econômicas, dentre elas, a criação das Zonas

Econômicas Especiais, que atraíram investimentos estrangeiros para a economia chinesa. O ano de 1989 também foi o ano do Massacre da Praça da Paz Celestial, que reprimiu manifestações populares e estudantis iniciadas depois da morte de Hu Yaoban, que ocupou posições importantes no Partido Comunista da China.

República Popular da Polônia

A Polônia foi invadida pela Alemanha Nazista em 1939, quando sofreu a morte de milhões de judeus por conta da perseguição. Já na fase final da Segunda Guerra, o país foi dominado pelas forças soviéticas. Ainda era um Estado independente, mas fazia parte do bloco comunista, membro do Pacto de Varsóvia sob forte influência soviética por muitos anos. Algo inédito aconteceu no início dos anos 1980, que foi um sindicato de trabalhadores poloneses desafiando o regime a partir de greves. Isso mexeu e enfraqueceu o bloco através da Europa inteira, com a ajuda do papa João Paulo 2º. Em resposta, em dezembro de 1981, o governo comunista polonês impôs a Lei Marcial para suprimir o movimento. Isso levou à detenção de muitos líderes. A lei manteve a Polônia sob controle autoritário por vários anos, mas não conseguiu conter totalmente o desejo por mudança, impulsionado por protestos populares contra a situação econômica do país. A falta de apoio ao governo fez com que o partido comunista concordasse em fazer eleições livres no país que obtiveram vitória da oposição.

República Popular Socialista da Albânia

A República Popular Socialista da Albânia, posteriormente, República Popular Socialista da Albânia, estabelecida em 1946 e liderada até 1985 por Enver Hoxha, foi o único membro do Pacto de Varsóvia a sair da aliança ainda durante a Guerra Fria, o que ocorreu devido à Invasão da Tchecoslováquia pelos países do Pacto em 1968. O país também teve um papel importante durante a ruptura sino-soviética por ter apoiado a posição chinesa nesse evento e ter feito oposição à posição da União Soviética, liderada por Khrushchev. A Albânia, após a morte de Hoxha, intensificou suas reformas sob a liderança de Ramiz Alia, mas, em 1989, sua transição ainda não estava completa.

República Portuguesa

Portugal era um país membro da OTAN e da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1989, tendo aderido a ambas as organizações em 1986. O chefe do executivo era o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, do Partido Social Democrata (PSD), que governava

com maioria absoluta desde 1987. Portugal tinha uma posição pró-Occidental durante a Guerra Fria, apoiando os EUA e os seus aliados, mas também mantendo relações diplomáticas com alguns países comunistas, como a China e Cuba. Portugal passou por uma revolução democrática em 1974, que pôs fim a uma ditadura de quase 50 anos e a uma guerra colonial na África. O país enfrentava alguns desafios econômicos e sociais em 1989, como o desemprego, a inflação, o déficit público e a integração dos retornados das ex-colônias. Portugal era favorável à reunificação das Alemanhas, desde que esta fosse pacífica e respeitasse os princípios da CEE e da OTAN. Portugal tinha um interesse especial na democratização do Leste Europeu, pois via nela uma oportunidade de reforçar a sua própria democracia e de estreitar os laços com os países da região, especialmente a Polônia, com quem tinha uma longa história de amizade.

República Socialista da Romênia

A Romênia foi ocupada pela União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, o que culminou na criação da República Socialista da Romênia em 1947. Desde então permaneceu como um membro do Pacto de Varsóvia. Ao longo da Guerra Fria percebeu-se que a Romênia conseguia manter uma política externa mais independente que os demais membros do Pacto de Varsóvia, criticando a URSS pela invasão da Tchecoslováquia e a intervenção no Afeganistão. Durante grande parte de sua existência, essa república foi governada por Nicolae Ceaușescu, que teve seu governo marcado pela imensa censura e autoritarismo, sendo até 1989 um dos mais repressivos regimes do bloco oriental. O país enfrentava escassez de bens básicos nos anos 80 bem como um aumento na pobreza, mas não retrocedia e permanecia alinhado em sua forma de governo autoritária, ocasionando em desprezo por parte da população romena. Naturalmente o governo romeno se opõe a uma unificação alemã sob liderança da Alemanha Ocidental, além de criticar as reformas na Polônia e Hungria.

República Socialista da Tchecoslováquia

A Tchecoslováquia, como membro do bloco comunista, fazia parte do Pacto de Varsóvia e foi um grande aliado dos soviéticos durante toda a Guerra Fria. Entretanto, o país passava por um período de grande insatisfação popular desde as reformas liberais, conhecidas como Primavera de Praga, o que foi visto como uma ameaça pelo partido comunista e acarretou na ocupação do seu território, além da total revogação das reformas implantadas nesse tempo. Durante esse período, que durou até o fim da Guerra Fria, houveram diversas trocas de governo até 1975, quando Gustáv Husák assume a presidência acumulando poderes

em si próprio e mantém o controle sobre a nação até a data do comitê, tendo uma política reconhecidamente linha-dura. Em 1989 governava Milos Jakes, mas as tensões internas estão no seu auge, nos idos de março daquele ano acontece a maior manifestação desde a Primavera de Praga; a população clamava por democracia e a queda do muro tornou cada vez mais possível uma revolta, porém o governo tinha pretensões de reprimir seus dissidentes a todo custo, tendo em fevereiro de 1989 condenado Václav Havel, dramaturgo e o popular líder da oposição no país

República Socialista Federal da Iugoslávia

A Iugoslávia foi um importante membro do movimento dos países não alinhados, sendo liderado ao longo da maior parte da Guerra Fria por Josip Broz Tito. Tito preferiu seguir com sua política de não alinhamento, a qual possibilitava manter relações com seus vizinhos socialistas e, ao mesmo tempo, seguir com as relações diplomáticas e comerciais com os países capitalistas. Mesmo socialista o país adotou um modelo econômico diferente, o que foi chamado de “socialismo de mercado”, focado em uma organização produtiva a base de cooperativas em um “mercado”, sendo também regulado pelo Estado. Nos anos 80 Tito veio ao falecimento, junto a uma forte crise econômica causando cerca de 15,5% de desemprego no país e uma hiperinflação de 1240% em 1989 (Gomes, 2019). A Iugoslávia foi um país multiétnico formado por diversos povos eslavos, que sob a gestão de Tito viveram em unidade, graças ao poder forte e centralizado, mas sem este, grupos nacionalistas, em especial os sérvios liderados por Slobodan Milosevic passaram a expurgar albaneses de organizações estatais, pois protestavam por conta da crise no país. Assim intensificou-se os conflitos étnicos no país, e aumentou a insatisfação de eslovenos, croatas e bosniaks.

Santa Sé (Vaticano)

Embora doutrinariamente a Igreja sempre tenha condenado o comunismo, a Santa Sé ao longo da Guerra Fria manteve uma postura de neutralidade. Entretanto, a diplomacia vaticana não foi de modo algum omissa durante o período, desde o pontificado de Pio XII, Roma já se punha no debate internacional e buscava uma solução para a crise no leste europeu, sendo ativamente presente na Conferência de Helsinque e na formulação da Ata Final da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) visando, principalmente, o livre exercício de culto, individual ou coletivo, nos países do bloco soviético. Posteriormente, com o pontificado de S. João Paulo II, a Sé Apostólica, e especialmente o supremo pontífice, se tornaram ainda mais vigorosos na oposição ao

comunismo. Internamente, a Igreja passava por um momento delicado: o Concílio Vaticano II dividira a opinião dos católicos e a perseguição religiosa nos países alinhados aos soviéticos eram alarmantes para as autoridades eclesiásticas.

União da África do Sul

Durante o século XX, a África do Sul enfrentou diversos problemas sociais, tendo como o mais marcante o Apartheid: um regime de segregação racial que, na segunda metade do século já era extremamente condenado pela comunidade internacional, o que acarretou no isolamento diplomático da nação sul-africana e na imposição sobre ela de diversas sanções econômicas, majoritariamente provenientes do bloco socialista. Durante as décadas da Guerra Fria, o país se mostrou alinhado ao Ocidente e adotou uma postura anticomunista, participando e apoiando ativamente movimentos beligerantes em países vizinhos por meio da Força de Defesa Sul-Africana. A nação via-se, entretanto, em um cenário de transição política, a segregação racial tornava-se, na década de 1980, insustentável e, somada a fracassos militares, Botham se viu forçado a deixar o poder e Frederik Willem de Klerk foi eleito presidente, dando início a uma série de reformas no país que, juntamente com Nelson Mandela e outras importantes figuras, viria nos anos seguintes a pôr fim no regime de Apartheid.

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

A URSS era uma federação de repúblicas socialistas que existiu entre 1922 e 1991, liderada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Ela fazia parte de alianças militares e econômicas com outros países socialistas do Leste Europeu, como o Pacto de Varsóvia e o COMECON. O chefe do executivo até 11 de novembro de 1989 era Mikhail Gorbachev, que iniciou reformas para modernizar e democratizar o sistema político e econômico soviético, chamadas de perestroika e glasnost. A URSS foi a principal rival dos EUA durante a Guerra Fria, um período de tensão ideológica, política e militar que durou de 1947 a 1991. A URSS esteve envolvida em vários eventos importantes da, como a criação da Cortina de Ferro, a corrida armamentista e espacial, a crise dos mísseis de Cuba, a invasão do Afeganistão e a queda do Muro de Berlim. Internamente, enfrentava uma série de problemas, como estagnação econômica, escassez de bens de consumo, corrupção, burocracia, repressão política, insatisfação popular, divergências ideológicas, tensões étnicas e nacionalistas, e resistência das elites conservadoras às reformas de Gorbachev. A posição da URSS quanto à reunificação das Alemanhas era ambígua e contraditória. Por um lado, Gorbachev reconhecia



que a Alemanha Oriental estava em crise e que a população desejava a reunificação. Por outro lado, a URSS temia perder sua influência na região e enfrentar uma Alemanha unida e fortalecida, que se aliaria à OTAN, trazendo insegurança ao seu entorno estratégico.

5. QUESTÕES PARA AUXILIAR NA ESCRITA DO POSICIONAMENTO DAS DELEGAÇÕES

1. Como os tópicos de debate interessam seu país?
2. Como seu país tem lidado com mudanças repentinas no cenário internacional debatido pelo comitê?
3. Seu país faz parte de tratados internacionais relevantes ao debate? Se sim quais?
4. Ideologicamente ou estrategicamente como seu país se posiciona internacionalmente no tema proposto e com as nações relevantes ao tema?
5. Quais suas propostas para solução dos problemas presentes?
6. Se seu país já se posicionou a respeito da questão das Alemanhas, ele apoia uma unificação ou não?

REFERÊNCIAS

AGUERO, Felipe. **A transição democrática e os militares em Espanha: uma análise comparativa**. Nação e Defesa, 2000.

AVILA, Carlos. **A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes brasileiras**. Revista de Sociologia e Política, v. 18 n. 37 p. 93-110, 2010.

BROOKS, Stephen G. ; WOHLFORTH, William C. . **Power, Globalization, and the End of the Cold War: Reevaluating a Landmark Case for Ideas**. International Security, Vol. 25, No. 3 (Winter, 2000-2001), pp. 5-53, 2000.

DAEHNHARDT, Patrícia. **O fim da guerra fria a unificação alemã**. p.39-51, 2009.

DA SILVA, André Luiz Reis. **Depois do muro: crise de hegemonia e multipolaridade no sistema internacional pós-Guerra Fria**. História: Debates e Tendências, v. 10, n. 1, p. 156-172, 2010.

DA SILVA, Marília Figueiredo Álvares; RUGGIO, Rodrigo Alves Pinto. **A Organização do Tratado do Atlântico Norte e os Obstáculos para a Cooperação com as Nações Unidas**. Revista Brasileira de Direito Internacional, v. 1, n. 1, p. 26-50, 2015.

DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu. **Queda do Muro possibilitou redemocratização na Europa Oriental: para Pedro Dallari, evento que comemora 30 anos possibilitou o fim da “Cortina de Ferro”, aproximando o Leste Europeu do lado ocidental, e causou o fim da URSS**. [Entrevista a Marcelo Rollemberg]. Globalização e Cidadania, v. 13, 2019.

DALCIN, Bruna Hayashi. **As relações intercoreanas no Pós-Guerra Fria: diplomacia, dissuasão e política internacional**. 2019.

DE SOUZA JÚNIOR, Enoil et al. **Novas dinâmicas territoriais no Ártico: cooperação ou nova Guerra Fria?**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n. 1, 2016.

DUARTE, Samuel Correa; FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. **Um balanço político do fim da URSS: crises e colapso**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 13, n. 25, p. 181-206, 2017.

ESPÍNDOLA, Januário Della Mea; VERGARA, Paulo Monteiro. **O Japão face à aliança norte-americana: a redefinição do papel japonês como liderança mundial**. Japão na Segunda Guerra Mundial, Ufrgs, v. 1, n. 1, p. 2, 2017.

FUNDER, Anna. **Stasilândia: Como funcionava a polícia secreta alemã**. Austrália: Companhia das letras, 2008.

GASPAR, Carlos. **O Pós-Guerra Fria. política**, v. 405, p. 424, 2016.

GOMES, Luiz Henrique. **A trajetória do socialismo na Bulgária (1945-1990)**. Niterói, 12º Congresso brasileiro de história econômica, 2017.

GOMES, Luiz Henrique. **A trajetória do socialismo na iugoslávia (1945-1990)**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2019.

GRAU, Lester; JALALI, Ali. **The Soviet-Afghan War: Breaking the Hammer & Sickle**. 2006.

HALLIDAY, Fred. **A guerra fria e seu fim: conseqüências para a teoria das relações internacionais**. Contexto Internacional, v. 16, n. 1, p. 53, 1994.

MEYER, Michael . **1989 O ano que mudou o mundo: A verdadeira história da queda do muro de Berlim**. Nova York: Jorge Zahar Editor, 2009.

MOREIRA, Adriano. **O conceito estratégico europeu**. 2008.

MOLINA, Flávia. **O desenvolvimento econômico da Hungria após o fim do regime comunista segundo a perspectiva da economia política internacional**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

NASSIF, André. **A economia indiana no período de 1950-2004 - da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?** Rio de Janeiro, BNDES. 2016.

PETERSEN, Eric. **The End of the Cold War: A Review of Recent Literature.** Saginaw, Saginaw Valley State University, 1993.

RAMOS, Emiliano. **A economia da Polônia após duas décadas de transição.** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

RIEGER, Fernando Camara. **A estagnação econômica dos anos 70 e a intervenção soviética no Afeganistão: fatores para a queda da URSS.** Santana do Livramento: Unipampa, 2015.

RODRIGUES, Roberio Paulino. **O colapso da URSS: um estudo das causas.** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SLIWINSKI, Marek. **Afghanistan: The decimation of a people.** 1989.

STIER, Lucas Alexander. **Os impactos econômicos da reunificação da Alemanha após a queda do muro de Berlim em 1989.** São Paulo, Instituto de Ensino e Pesquisa, 2018.

VALCARENGUI, Juliano da Costa. **Estados Unidos e Coreia do Sul em perspectiva: o movimento de Gwangju e a busca por democracia na década de 1980.** 2022.

WIATR, Jerzy Józef. **Europa do leste - Reforma ou queda?** Varsóvia: Universidade de Varsóvia, 1990.